

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS - UFAL  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS - ICS  
BACHARELADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**ADÃO MARCOS COSTA FERREIRA**

**Redes de pesquisa e qualificação continuada:**  
Reflexões sobre a pós-graduação como instrumento de profissionalização para jovens  
antropólogos/as

**Maceió  
2024**

**ADÃO MARCOS COSTA FERREIRA**

Monografia apresentada ao curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais.

**Orientador:** Prof.º Dr.º Rafael de Oliveira Rodrigues

**Maceió  
2024**

**Catálogo na Fonte Universidade Federal de Alagoas  
Biblioteca Central  
Divisão de Tratamento Técnico**

Bibliotecário: Marcelino de Carvalho Freitas Neto – CRB-4 – 1767

F383r Ferreira, Adão Marcos Costa.

Redes de pesquisa e qualificação continuada : reflexões sobre a pós-graduação como instrumento de profissionalização para jovens antropólogos/as / Adão Marcos Costa Ferreira. – 2024. 44 f. : il.

Orientador: Rafael de Oliveira Rodrigues.

Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Sociais: Bacharelado) – Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Ciências Sociais. Maceió, 2024.

Bibliografia: f. 42-44.

1. Antropologia. 2. Mercado de trabalho. 3. Redes de pesquisa. 4. Pós-graduação. I. Título.

## Folha de Aprovação

**ADÃO MARCOS COSTA FERREIRA**

### ***REDES DE PESQUISA E QUALIFICAÇÃO CONTINUADA:***

Reflexões sobre a pós-graduação como instrumento de profissionalização para  
jovens antropólogos/as

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
ao curso de Ciências Sociais da Universidade  
Federal de Alagoas, como requisito à obtenção do  
título de Bacharel em Ciências Sociais.  
Apresentado em 25/03/2024.

#### **Banca Examinadora:**

Documento assinado digitalmente  
 **RAFAEL DE OLIVEIRA RODRIGUES**  
Data: 25/04/2024 10:10:08-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Orientador: Prof. Dr. Rafael de Oliveira Rodrigues  
(Universidade Federal de Alagoas)

Documento assinado digitalmente  
 **SILVIA AGUIAR CARNEIRO MARTINS**  
Data: 25/04/2024 19:50:40-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Examinadora: Prof. Dra. Silvia Aguiar Carneiro Martins  
(Universidade Federal de Alagoas)

Documento assinado digitalmente  
 **SILOÉ SOARES DE AMORIM**  
Data: 25/04/2024 19:43:45-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Examinadora: Prof. Dr. Siloé Soares de Amorim  
(Universidade Federal de Alagoas)

## **Agradecimentos**

Agradeço a Deus, por ter me dado o dom da vida e aos meus pais Maria Zilma e Roberto Dias, por terem me ensinado os valores morais e éticos que foram fundamentais para a definição do meu caráter.

Agradeço aos professores do meu curso de Ciências Sociais da Universidade federal de Alagoas (UFAL), e a todo o quadro docente e técnico que compõe o Instituto de Ciências Sociais (ICS/UFAL), em especial, ao meu orientador, professor Rafael de Oliveira Rodrigues, que foi fundamental para a conclusão deste trabalho.

Agradeço aos meus colegas de curso, Izadora Santos e Otacílio Neto, que possibilitaram trazer leveza para assuntos acadêmicos.

Por fim, agradeço a Eva do Carmo, a Expedito Antônio, a Maria Clemilda e a Neto, por todo o apoio durante a minha graduação.

## **RESUMO**

O principal objetivo deste trabalho foi refletir sobre as transformações no mundo do trabalho, tomando como referente à formação do/a cientista social, mais especificamente, do antropólogo/a. Trata-se de refletir as transformações no mundo do trabalho, o modo como os cursos de ciências sociais e antropologia têm produzido estratégias para lidar com estas transformações e o modo como a pós-graduação em antropologia tem se tornado uma ferramenta de profissionalização dos estudantes de antropologia. Para o alcance dos objetivos propostos foi utilizada uma metodologia qualitativa, pautada em análise bibliográfica e documental. As conclusões apontam para o fato de que tem sido cada vez mais necessário que os jovens antropólogos se articulem em redes de pesquisa visando uma inserção no mercado de trabalho no setor público ou privado. Além disso, observamos que é necessário um esforço dos jovens antropólogos/as em estar sempre se especializando, especialmente, no que tange a utilização de novas metodologias de caráter qualitativo e quantitativo.

**Palavra chaves:** antropologia, mercado de trabalho; redes de pesquisa, pós-graduação

## **ABSTRACT**

The main objective of this work was to reflect on the transformations in the world of work, with reference to the training of social scientists, more specifically anthropologists. The aim is to reflect on transformations in the world of work, how social science and anthropology courses have produced strategies to deal with these transformations and how postgraduate studies in anthropology have become a tool for professionalizing anthropology students. In order to achieve the proposed objectives, a qualitative methodology was used, based on bibliographical and documentary analysis. The conclusions point to the fact that it has become increasingly necessary for young anthropologists to join research networks with a view to entering the job market in the public or private sector. We also observed that young anthropologists need to make an effort to specialize, especially when it comes to using new qualitative and quantitative methodologies.

**Keywords:** anthropology, labor market; research networks, postgraduate studies

## Lista de Quadros

<b>Quadro 1</b> - Estudantes matriculados nos programas de mestrado e doutorado .....	38
<b>Quadro 2</b> - Matrícula de mestrado 2004 .....	38
<b>Quadro 3</b> - Matrícula de mestrado 2012. ....	38
<b>Quadro 4</b> - Alunos do Doutorado matriculados entre 2004 e 2012. ....	39
<b>Quadro 5</b> - Produção de dissertações e teses. ....	39
<b>Quadro 6</b> - Dissertação de 2004 distribuídas por Região.....	40
<b>Quadro 7</b> - Dissertação de 2004 distribuídas por Região.....	40

## SIGLAS

ABA – Associação Brasileira de Antropologia  
ACE – Avaliação in loco das Condições de Ensino  
ANPOCS – Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais  
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior  
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico  
FUNAI – Fundação Nacional dos Povos Indígenas  
FUNASA – Fundação Nacional de Saúde  
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira  
IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional  
LGBTQIA+ - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer, Intersexuais, Assexuais.  
ONG – Organização não governamental  
UFAM – Universidade Federal do Amazonas  
UFBA – Universidade Federal da Bahia  
UFG – Universidade Federal de Goiás  
UFGD – Universidade Federal da Grande Dourados  
UFGD – Universidade Federal da Grande Dourados  
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais  
UFPA – Universidade Federal do Pará  
UFPB – Universidade Federal da Paraíba  
UFPE – Universidade Federal de Pernambuco  
UFPEl - Universidade Federal de Pelotas  
UFPI – Universidade Federal do Piauí  
UFPI – Universidade Federal do Piauí  
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro  
UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
UFS – Universidade Federal de Sergipe  
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina  
UFSCar – Universidade Federal de São Carlos  
UnB – Universidade de Brasília  
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura  
USP – Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	10
Capítulo 1: A formação acadêmica do Antropólogo na atualidade e as diversas facetas do campo de trabalho .....	11
1.1 Transformações no mercado de trabalho.....	12
1.2 O Mercado de Trabalho do Antropólogo. ....	14
1.3 Pós-Graduação e o Antropólogo.....	19
Capítulo 2: Os percursos metodológicos da pesquisa .....	25
2.1 A pesquisa, seleção e leitura do tema .....	26
2.2 Estudo das Fontes, análise e metodologia científica .....	28
2.3 A Interpretação de tabelas e gráficos.....	31
Capítulo 3: O antropólogo e o mercado de trabalho .....	32
3.1 O que o mercado espera do Antropólogo .....	32
3.2. As vantagens da qualificação do antropólogo .....	36
3.3 Leitura dos dados sobre o mercado de trabalho do Antropólogo .....	37
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	42
REFERÊNCIAS .....	43

## INTRODUÇÃO

O principal objetivo deste trabalho de conclusão de curso foi refletir sobre as transformações no mundo do trabalho, especialmente o modo como elas têm afetado a formação dos cientistas sociais, mais precisamente dos jovens antropólogos/as brasileiros.

Procuramos de refletir, inicialmente, as transformações no mundo do trabalho, especialmente as demandas presentes nos discursos sobre as necessidades do mercado de trabalho; também lançamos uma reflexão sobre o modo como os cursos de ciências sociais e de antropologia têm produzido estratégias para lidar com essas transformações do mercado de trabalho, fazendo da pós-graduação em antropologia brasileira uma ferramenta de profissionalização dos estudantes de antropologia e também um meio de articulá-los em redes de pesquisa antropológica.

Para o alcance dos objetivos propostos foi utilizada uma metodologia qualitativa, pautada em análise bibliográfica e documental. A base de dados que foi analisada foi coletada nos sites da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS). Foram acessados e-book, livros, e coletâneas que tratam das possibilidades de atuação de antropólogos na esfera pública, em Universidades estaduais e federais, por meio dos cursos de pós-graduação, em órgãos públicos como a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), entre outros, assim como na esfera privada, prestando assessoria e consultoria.

Para apresentar estas reflexões, este trabalho foi dividido em três capítulos, contando com esta introdução e com a conclusão. No primeiro capítulo, analisamos as transformações no mundo do trabalho e o modo como a antropologia e as ciências sociais têm passado por estas transformações. No segundo capítulo, apresentamos a metodologia utilizada para realização da pesquisa. Por fim, refletimos a pós-graduação como uma ferramenta de profissionalização dos jovens antropólogos e antropólogas brasileiros.

As conclusões apontam para o fato de que tem sido cada vez mais necessário que os jovens antropólogos se articulem em redes de pesquisa visando uma inserção no mercado de trabalho no setor público ou privado. Além disso, observamos que é necessário um esforço dos jovens antropólogos/as em estar sempre se especializando, especialmente, no que tange a utilização de novas metodologias de caráter qualitativo e quantitativo.

## **Capítulo 1: A formação acadêmica do Antropólogo na atualidade e as diversas facetas do campo de trabalho**

A antropologia é a ciência humana que tem o antropólogo como o profissional que estuda o comportamento humano em grupo, mediado pela cultura e o modo como estabelece regras de convívio social. Pode exercer seu ofício nas redes privadas e públicas, com pesquisas voltadas para a área social, política e econômica.

A narrativa que compõem o trabalho do antropólogo concentra-se no seu olhar perante a realidade vigente, seguindo os ensinamentos de Roberto Cardoso de Oliveira (1996), podem-se expor três dimensões: o olhar, ouvir e escrever. Parece ser uma tarefa simples, porém, para a formação acadêmica, o estudante necessita de um treinamento teórico e metodológico/etnográfico do seu olhar.

O conhecimento da antropologia é estruturado em áreas como a Antropologia Física ou Biológica, Antropologia Social, Antropologia Cultural e Arqueologia. Podem-se utilizar termos como Antropologia, Etnologia e Etnografia para diferenciar níveis de estudos ou tradições acadêmicas. Mas a Antropologia sempre demonstrou interesse maior pelas minorias despossuídas e dominadas (CARDOSO, 1986; MELLATI, 1984).

O Mercado de trabalho do antropólogo na atualidade corresponde aos desafios de uma sociedade contemporânea, onde as redes digitais ganharam espaço. Além do mercado digital, existe, também, uma necessidade da formação contínua, com especialização de mestrado, doutorado, cursos de línguas e utilização de softwares de pesquisa. Assim, o profissional estará apto e seguro no seu ofício.

O formato do mercado de trabalho foi se modificando ao longo do tempo, na metade do século XVIII, a Revolução Industrial foi um grande fator de desenvolvimento tecnológico, causando grandes modificações na organização do mercado de trabalho. Nos dias atuais, a internet e as redes sociais agem como uma ferramenta dinâmica que rege toda a cadeia produtiva do trabalho. Isso demonstra a pluralidade de mercado existente na classe trabalhadora.

As ideias neoliberais surgem em 1970 e no início da década de 1980, concomitantemente com o acirramento do anticomunismo, herança da guerra fria e da intervenção soviética no Afeganistão e seus candidatos conservadores na Europa e nos Estados Unidos.

Margareth Thatcher surge em meio a esse espírito de mercado e competição, é vitoriosa nas eleições na Inglaterra, em 1979, assegurou para esse país o pioneirismo na Europa na efetivação da receita neoliberal, sendo o primeiro país do centro do capitalismo a se empenhar na realização do neoliberalismo (SAVIANI, 2007).

As ações de Thatcher foram: contração da emissão de moeda; elevação da taxa de juros; redução considerável dos impostos sobre os rendimentos altos; abolição do controle sobre os fluxos financeiros; criação de níveis de desemprego massivos; imposição de uma legislação anti-sindical; corte de gastos sociais; e lançamento de um amplo programa de privatização que atingiu a habitação pública, a indústria de aço, o setor elétrico, a produção de petróleo, a produção de gás e o fornecimento de água (CREMONESE, 2001, p.9)

No Brasil, o modelo neoliberal teve seu início com o presidente Fernando Collor de Mello e no governo de Fernando Henrique Cardoso. Este modelo trouxe modificações no mercado de trabalho para diferentes classes trabalhadoras, dentre elas os antropólogos.

### **1.1 Transformações no mercado de trabalho.**

Com as transformações no mundo do trabalho após a segunda guerra mundial, teve início um discurso de que só o curso técnico não era suficiente para garantir a entrada das pessoas no mercado de trabalho. Nesse período, especialmente, entre as décadas de 1960 e 1970, observa-se a ideia de que, para a entrada no mercado do trabalho, era necessária uma formação superior (TONI, 2003).

No Brasil, a sua extensão geográfica e a diversidade cultural levaram à abertura de vários cursos de ciências sociais, cada um com as suas particularidades que correspondem às demandas locais e regionais. Mas com algo em comum: as problemáticas do seu mercado de trabalho. Porém, as dificuldades são bem visíveis já na graduação. Trazendo autores como Tavares, Guedes e Cardoso (2010), é possível observarmos que:

Em 2000 eu pensava que a maioria dos cursos estava em universidades públicas. Tomei um susto quando vi que 50% dos cursos de ciências sociais estavam nas instituições privadas. Então eu pensei assim: nossa vai ser um horror avaliar esses cursos. Felizmente esta não era a regra. Tinha curso que não tinha condições de funcionar mesmo, mas a maioria, por esforços individuais dos cientistas sociais envolvidos, tinha dignidade. Muitas vezes eram dois ou três docentes brigando contra a instituição [...]. Eles tinham um orgulho de ser de ciências sociais. Tinham um compromisso com o popular, com a sociedade, com o entorno social, político e cultural da instituição (TAVARES, GUEDES, CARDOSO, 2010, p. 16)

O Mercado de trabalho é o reflexo de algumas demandas já vivenciadas na graduação. Uma observação pertinente é a existência de cursos de ciências sociais em universidades particulares, desconstruindo a imagem de que as universidades públicas são as detentoras exclusivas do conhecimento técnico-social. Saindo da análise macro, pensando no indivíduo como sujeito ativo do processo academicista, se faz necessário analisar o aluno desde a sua graduação e as oportunidades sociais. Christina Rubim, como membro da Comissão de Avaliação in loco das Condições de Ensino (ACE) do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), que é um órgão do Ministério da Educação (MEC), observou que: “Os alunos de Ciências Sociais pobres, estavam ali brigando pela população local, pela compra de livros para a biblioteca, pelos computadores” (RUBIN, 2010, p.16).

Os alunos no curso de Ciências Sociais são diversificados, seria errôneo generalizar e tentar traçar um perfil. Mas algumas características observadas durante a vida universitária devem ser pesquisadas, principalmente na área da antropologia. O antropólogo no mercado de trabalho contribui com uma carga de questões sociais, que vem de lutas particulares da sua graduação. É necessário ter uma percepção racional, visto que o profissional da área necessita de uma teoria antropológica sólida, longe de paixões e realizações pessoais. Mas a militância tem deixado sua marca na antropologia contemporânea. Sobre este ponto, José Maria Trajano Vieira, no Fórum Especial sobre Graduação em antropologia no Brasil: experiências e perspectivas, relata a sua Experiência no quesito militância e antropologia:

Sobre essa questão da militância, como os alunos são da própria região, alguns têm simpatia por algum grupo local, já vêm dos movimentos sociais ou da experiência pessoal ou familiar cotidiana em algum segmento, e acabam colocando essa militância, essa ideologia, certa sociologização e politização da antropologia, acima do próprio conhecimento antropológico. Então, a meu ver, é “querer colocar o carro na frente dos bois” e querer fazer militância sem ter fundamentação antropológica sólida que dê sustentação às suas reivindicações e, muitas das vezes, boas intenções. Isso que estou falando aparece nos próprios projetos de monografia, participamos de uma rodada de apresentação dos projetos da primeira turma do curso, onde pudemos notar que grande parte dos trabalhos deles são bastante voltados para a formulação de políticas públicas. (VIEIRA, 2010. p,23).

A aplicação prática dos saberes antropológicos repercutem nas experiências de ensino e aprendizagem da disciplina de antropologia, e em suas condições específicas que encontramos no Brasil, algo que se desdobra sobre a formação de antropólogos e sobre o ensino de antropologia para esta formação. A antropologia teve seu avanço como ciência, o que

possibilitou sair dos estereótipos de seres com discursos fantasiosos e pretensiosos, além do que saiu da temática que a antropologia só cuidava das etnias indígenas.

Em algumas de suas grandes e mais evidentes linhas, à promulgação da Constituição Federal de 1988. Este marco legal, sem dúvida, transformou os antropólogos em intérpretes autorizados do que se entende, na sociedade brasileira, como recuperação de direitos para grandes parcelas da população expropriadas durante o processo colonizador, abrindo um campo de atuação imenso, que exige investimentos acadêmicos muito específicos, que, inclusive, têm sido objeto de reflexão permanente em nossa associação através de uma comissão, criada há alguns anos importância para o tema está mais do que estabelecida mas, além do fato de que não sou competente para discuti-lo, o que gostaria de trazer aqui, são outras dimensões menos perceptíveis deste processo pois esta é apenas a ponta mais visível e brilhante do iceberg. (FELDMAN-BIANCO, 2018, p.64)

A mudança do lugar da antropologia nas ciências sociais brasileiras e na ampliação dos saberes antropológicos tem causado efeito. O conceito de cultura ganhou adeptos e isso fez com que os antropólogos fossem continuamente chamados a responder às questões dos setores sociais, inclusive estatais. O mercado de trabalho na atualidade se reformou de forma tecnológica corresponder satisfatoriamente às demandas da produção e do meio social.

## **1.2 O Mercado de Trabalho do Antropólogo.**

A partir das décadas de 1980 e 1990, observamos mais uma mudança no mundo do trabalho. Agora, começamos a observar um discurso de que apenas o diploma de graduação não é suficiente para garantir a entrada das pessoas no mercado de trabalho formal. Estas mudanças fizeram com que o diploma de graduação não seja visto mais como garantia da entrada no mercado de trabalho (TONI, 2003). Nesse sentido, os antropólogos investiram na criação de programas de pós-graduação, com o intuito de especializar os alunos, para que eles estivessem mais preparados para atuar no mercado de trabalho da pesquisa, da produção e conhecimento, da assessoria técnicas (BIANCO, 2018).

Alguns discentes terminam a graduação e têm dado continuidade a pós-graduação, que já é vista como mercado de trabalho, tornando-se um pesquisador. Os cursos de mestrado e doutorado em antropologia são uma maneira de ascensão social e profissional. O mercado exige profissionais cada vez mais capacitados e com interdisciplinaridade. A retração no número de concursos docentes, a inserção profissional dos egressos fora das universidades torna-se um desafio ao campo (SIMIÃO, FELDMAN-BIANCO, 2018). A atuação profissional para além

dos muros da academia traz dificuldades que ainda demandam compreensão sobre como chegar ao mercado de trabalho com a sua formação de cientista social e esbarra em uma disputa com hierarquias jurídicas, políticas e burocráticas. (SIMIÃO, FELDMAN-BIANCO, 2018).

O Brasil vive uma indefinição com relação à formação dos antropólogos, estando a maioria dos programas a meio caminho entre a formação dada nos países europeus e a dos Estados Unidos. Nas universidades norte-americanas, os estudantes passam de 7 a 12 anos para concluir o doutorado, tendo de 16 a 20 disciplinas, trabalho de campo, etc. Na Europa o doutorado dura 4 anos, assim como no Brasil, porém, o mestrado serve para completar a formação da graduação, tendo os últimos anos focado para o material de pesquisa, chega-se ao doutorado já com um direcionamento. (SIMIÃO, FELDMAN-BIANCO, 2018)

Nos cursos brasileiros, a literatura antropológica em português é limitada. Há um grande esforço para traduzir os principais autores clássicos e os contemporâneos estrangeiros com renomes (SIMIÃO, FELDMAN-BIANCO, 2018). Sobre a qualificação dos alunos em relação a línguas estrangeiras:

A UFRGS demanda que a proficiência em inglês seja mencionada pelo candidato ao mestrado no memorial descritivo apresentado durante o processo de seleção. Os programas da UFSC, UFSCar, USP, UFMG, UFRN e UFGD requerem que os candidatos ao mestrado demonstrem proficiência em inglês ou francês, ou inglês ou espanhol, mas caso eles não o façam antes do início do curso, podem fazê-lo, em alguns casos, até o momento do exame de qualificação e, em outros casos, até o fim do primeiro semestre (UFRN) ou do primeiro ano (UFMG). Além disto, a UFBA demanda proficiência de uma língua estrangeira no mestrado, preferencialmente o inglês, e uma segunda no doutorado (preferencialmente o francês). Não é incomum que os candidatos indígenas sejam dispensados parcial ou totalmente de comprovar sua proficiência em uma (segunda) língua estrangeira, já que deles já seria exigida a proficiência em língua portuguesa. (SIMIÃO, FELDMAN-BIANCO, 2018, p. 193)

Ter domínio de uma língua estrangeira é um agravante positivo, uma das frentes da pós-graduação visa tornar os estudantes de graduação mais bem formados para as exigências do mercado de trabalho para antropólogos. Inclusive, esta estratégia tem sido aplicada já nos cursos de graduação, ofertando Inglês e Espanhol. É necessário desde a graduação, os alunos terem conhecimento de outra linguagem. A especialização é uma das alternativas de um currículo atrativo e abre caminhos para outras possibilidades, como criar diálogos com empresas públicas e privadas.

Um breve retrospecto do período 1968-2001 mostra que em 1968, três anos após a institucionalização da pós-graduação no Brasil, foi criado um primeiro

mestrado em antropologia no Museu Nacional (UFRJ). No decorrer da década seguinte, além do primeiro programa combinando mestrado e doutorado em antropologia social aberto na USP em 1972, foram estabelecidos cinco novos programas de mestrado, sediados respectivamente na Unicamp (em 1971), UnB (em 1973), UFPE (em 1977), UFRN e UFRGS (ambos em 1979). Ainda em 1977, foi instituído um doutorado no já consolidado programa de pós-graduação em antropologia do Museu Nacional. (FELDMAN-BIANCO, 2018, p.30)

A autora complementa observando, ainda, que:

[...] Vale notar que a necessidade de capacitação docente, demandou, via de regra, investimentos na formação de docentes em universidades do exterior, bem como a contratação de profissionais, já doutorados, de outros países. (FELDMAN-BIANCO, 2018, p.31)

Entre 1998 e 2014, o Brasil passou de 1.259 programas para 3.678 cursos de mestrado e doutorado entre todas as áreas do conhecimento. Na área da antropologia, havia em 2002, dez programas de mestrado acadêmico, um programa de mestrado profissional sobre Gestão em Patrimônio Cultural e sete programas de doutorado em antropologia concentrados em sua maioria na Região Centro-Sul do país. Em 2012, o salto foi relevante para 21 programas de mestrado e 12 de doutorado (FELDMAN-BIANCO, 2018). A preocupação do aluno de Ciências Sociais e a sua adesão ao mercado de trabalho, têm consciência dos desafios da profissão e as limitações da mesma.

Agora, um desafio que os alunos pensam, e eles colocam para a ABA também, é essa questão da profissionalização, estão preocupados com o futuro deles, quer dizer, vemos que na ABA há um reconhecimento dos profissionais que têm mestrado, doutorado, eles pensam: “e nós que somos do bacharelado em antropologia, graduação, qual vai ser a aceitação por parte dos nossos pares? como vai ser essa concorrência, será que vamos ter condições de competir com os outros profissionais que tem grau de formação maior? vai haver campo de trabalho e pesquisa para tantos antropólogos que estão sendo formados?” (VIEIRA, p.27)

Levando em consideração as mudanças no mundo do trabalho e o próprio argumento da Feldman-Bianco (2018). Os alunos de graduação necessitam de cursos de especialização, para aprimorar a utilização de softwares de pesquisa, de tratamento de dados, manuseio com banco de dados e procurem uma especialização lato-sensu, minimamente.

Qualquer formação o discurso da especialização está muito presente. Nas Ciências Sociais partem do princípio que para conseguir entrar no mercado de trabalho os discentes

devem inserirem-se em redes (SIMÃO, BIANCO, 2018), tais como grupos de pesquisa IPHAN, FUNAI, INCRA, ONGS, organizações, empresas de consultoria e se dedicar o máximo as especializações. Ter um mestrado e um doutorado não é mais uma escolha do aluno é uma exigência de mercado, como também se inserirem em redes de pesquisas, possibilitando a inserção deste no mercado de trabalho e, futuramente, um rendimento satisfatório, tanto para o antropólogo em questão, como o empregador.

No início do curso de antropologia, na Universidade Federal da Paraíba, o corpo docente era formado por profissionais de áreas afins. Isso só demonstra que os profissionais começaram a ser formados, e hoje, tem uma demanda de antropólogos em busca do primeiro emprego na área, sedento de colocar em prática a teoria vista no meio acadêmico. (NASCIMENTO, 2018 p.30)

Fato interessante também na Universidade Federal da Paraíba - UFPB é a mudança do nome do curso de “Culturas indígenas”, para “Curso de Antropologia”, os alunos entendiam que o curso parecia está voltado apenas para a antropologia das culturas indígenas, e o novo nome abrangeu mais a temática do curso (NASCIMENTO, 2018, p. 32). Vale ressaltar que na UFPB existe uma disciplina para mercado de trabalho dos cientistas sociais. Ainda sobre o aluno de antropologia na UFPB:

Hoje, um dos desafios do corpo docente está em garantir uma formação qualificada no nível de graduação para um perfil de alunos, grande parte (705), proveniente de escolas públicas que apresentam dificuldades, especialmente nos primeiros anos, na compreensão de textos acadêmicos e estão pouco acostumados ao hábito da leitura e da escrita. (NASCIMENTO, 2018, p.34)

É necessário criar este diálogo teórico de antropologia, com ferramentas que possibilite o aprendizado do aluno, para não entrar no mercado com lacunas no conhecimento, até mesmo para se sentir importante, valorizado, e capaz para além da demanda profissional, para a satisfação humana, e assim, desempenhar seu papel de profissional. O curso de Ciências Sociais deveria ter uma disciplina voltada para o campo do trabalho, onde criasse ferramentas para o aluno entender as possibilidades de atuação e saber os percursos práticos da sua atuação. Sabe-se dos cortes governamentais na pesquisa deste do ano de 2014.2, que desestimulou e dificultou o exercício da função de profissionais na área de humanas, houve um esquecimento na área de tecnologia e humanas. Os cortes nos financiamentos de pesquisa foram uma realidade cruel no universo do pesquisador (MIRANDA, 2018 p. 123). A qualidade da educação no mestrado profissional perpassa por uma régua polissêmica, que revela um juízo de valor, não avaliando

apenas o conhecimento, mas as questões políticas em volta daquele conhecimento, refiro-me aos selos de qualidade adotados pelos programas de pós-graduação e a sua política de produção.

Questiona-se como o “produtivíssimo” estaria afetando a qualidade do trabalho, como o ambiente acadêmico se tornou marcado pela constante competição, como o impacto de políticas “neoliberais” sobre a produção do conhecimento tem resultado no esgotamento de pesquisadores e, conseqüentemente, na queda de sua capacidade criativa. (MIRANDA, 2018 p. 135)

A avaliação da CAPES, das políticas de pós-graduação vigente, tem como parâmetros o seguimento de uma produtividade científica docente e discente, como o cumprimento de prazos. Já a Política de financiamento se divide em uma direcionada à parte dos cursos e outra direcionada aos Programas de Excelência, que devem atender aos critérios, permitindo dizer que esses programas estão expostos a uma incorporação do modelo de avaliação.

Em meio às inúmeras adversidades, os cursos de antropologia crescem e a quantidade de alunos indica que os antropólogos têm uma formação diversificada e interdisciplinar, que pode atender demandas práticas do mercado de trabalho em diferentes frentes. No ano de 2004, havia 9 programas de pós-graduação em Antropologia totalizando 553 estudantes matriculados. Depois de dez anos o total era de 21 programas, com 1.156 discentes matriculados (MIRANDA, 2018, p. 141). Mas para além da graduação, dados científicos confirmam a evolução do campo profissional, no que diz respeito à produção bibliográfica de antropólogos, em livros, revistas, capítulos de livros, etc., no Brasil e exterior, tal fato reforça a ideia que existem profissionais confeccionando material. Existe também confecção de material para instituições como FUNAI, UNESCO, FUNASA, entre outros.

Os antropólogos baseados em instituições de ensino e pesquisa no Brasil publicaram 194 livros e capítulos de livro e 203 artigos no exterior entre 1996 e 2001. No período coberto pela pesquisa de agora, foram publicados 596 peças do primeiro tipo e 368 artigos fora do Brasil [...] Ressalte-se que esse crescimento da produção de livros e capítulos de livro no exterior (207%) é ligeiramente maior do que o crescimento do corpo docente (194%) no mesmo período. Também vale ressaltar que a publicação de livros e capítulos no exterior representou 15,5% da produção total desse tipo de produto, sendo que os programas mais antigos foram os responsáveis por 74% da produção no exterior. Somados livros, capítulos e artigos publicados no exterior, a produção tem a seguinte distribuição no que toca aos locais de publicação: 33,5% na Europa continental, 29,6% nos Estados Unidos, 25,5% na América Latina, 8,9% na Inglaterra e 2,5% na Ásia e Oceania. (FILHO, p. 175)

As propostas de bacharelado em antropologia atualmente nas universidades do Brasil, combinam-se em porções diferenciadas, enfatizando determinados perfis que compreendem a formação deste profissional na contemporaneidade. (FELDMAN-BIANCO, 2018 p,57). Nesse ensejo, que o antropólogo se encontra, fadado a questionar a sua existência e a existência do outro e a sua alteridade. A produção bibliográfica de trabalhos científicos e a divulgação de tais é um meio encontrado para a manutenção no mercado de trabalho.

Cabe ao antropólogo criar seus meios de manutenção no mercado, construindo seu traço e usando da pesquisa a sua missão. O trabalho do antropólogo carrega essa imagem errônea social, humanística, sacralizada que pode ser visto como um sacerdote das etnias, possuidor da palavra e observador dos comportamentos humanos, para uma pessoa leiga que não entende o objetivo fundamental da antropologia. Vale ressaltar que não é voluntário, existe um custo que precisa ser respeitado e um valor que precisa ser conformado, para não se tornar algo banal.

O corpo docente do ICS, buscando auxiliar os seus alunos a se inserirem no mercado de trabalho, procura incluir disciplinas ou eletivas na grade que possam ajudar na carreira profissional, como, por exemplo, o departamento de Antropologia da Universidade de Brasília, onde a professora Soraya Fleischer ministrou a disciplina Cenários de mercado de trabalho para antropólogos, com o intuito de demonstrar as diversas oportunidades ofertadas pelo mercado, e repensando a antropologia na prática para além do viés acadêmico.

### **1.3 Pós-Graduação e o Antropólogo.**

É primordial ressaltar que o primeiro passo do mercado de trabalho é adentrar em um grupo de pesquisa, de estudos, construir uma rede de diálogo com outros antropólogos, isso dará uma visibilidade ao antropólogo, dando chances para demonstrar a sua potencialidade. A comunicação no mercado do antropólogo construirá um elo de oportunidades. Os financiamentos empresariais também englobam esse mercado, é válido a indústria financiar a pesquisa, onde o antropólogo faz esse trabalho de consultoria, emitindo laudos socioantropológicos, arqueológicos, etc. que depois vai colaborar para o seu desenvolvimento, como também tal pesquisa pode ajudar um determinado setor conhecer um determinado grupo para poder usufruir e adentrar na sua vida social e cultural, para tirar algum proveito. O mundo capitalista também é refletido nas pesquisas, leituras e trabalhos sociais e culturais. O investimento na infraestrutura da pós-graduação no Brasil criou as condições de formação interna de profissionais, contrastando com outros países, como o México, que investiu em

cursos profissionalizantes nesse período. (SCHUCH, 2018, p.86), uma exportação de antropologia e ciências sociais que se desloca para outros países, demonstrando a importância da ciência no contexto brasileiro.

Os programas com maior presença de redes de formação profissional no exterior são da UFPE, UFRGS e UFSC, nos quais o número de profissionais doutorados no exterior é maior do que aqueles com formação profissional no Brasil. Presença significativa de profissionais formados no exterior também aparece na UFBA e na UFPA (SCHUCH, 2018, p.87)

No ano de 2012 a 2014, os professores apresentaram 475 trabalhos no exterior e, distribuídos geograficamente: 38,5% na Europa, 40,8% na América Latina, 14,5% nos Estados Unidos e Canadá, 3,4% na África e 2,7% na Ásia e Oceania. Estes números são desafiantes para fazer uma análise. Entre 2001 e 2012 o número de programas praticamente dobrou e o de docentes cresceu 194,4%. Os anos do governo Lula foram o tempo de incentivo a pesquisa, em que o financiamento federal à educação aumentou substancialmente. (FILHO, p. 176). A pesquisa brasileira tem muita ênfase no exterior. Devido os seus temas emblemáticos que parte de um ponto de análises, onde curiosos e estudantes de outros países, o consideram um país com grupos-problemas, culpa ainda de uma aculturação é uma criação errônea de um estereótipo, que causa uma atenção maior para compreender e interpretar tais temas de pesquisa.

Um dos critérios de maior peso na internacionalização da antropologia brasileira tem a ver com as áreas em que a pesquisa é feita independentemente do local de formação do pesquisador. A este respeito, vale insistir que o Brasil continua a ser a obsessão da antropologia brasileira, mas o quadro está mudando com alguma nitidez. Entre 2004 e 2012, os programas reportam que 771 pesquisas tinham o Brasil como foco. Nesse mesmo período, 99 foram as pesquisas feitas em países da América Latina, 74 no continente africano, 47 em países europeus e 17 na Ásia e Oceania, uma perspectiva muito diferente da do período 1996-2001, quando apenas 0,8% dos trabalhos publicados no exterior tinha, por exemplo, a África como tema (Filho, p. 180)

A antropologia é vista no Brasil, muitas vezes como, a análise de questões com uma carência histórica problemática, e não, análises de comunidades, exemplo é o trabalho de campo com povos indígenas, comunidades LGBTQI+, mulheres, pobres, pretos. O trabalho realizado nos últimos anos dá enfoque para as problemáticas dessas minorias, como uma carga de denúncia, de luta, de informação básica. Algumas vezes, trabalhos científicos ficam sem embasamento teórico e metodológico, apenas. É fundamental que o aluno seja instruído a ter uma posição crítica; tenha condições de possuir instrumental teórica e uma reflexão condutora de práticas antropológicas (RUBIN, 2018, p.24).

Os alunos enfrentam já na sua graduação a realidade da sobrevivência para finalizar o curso, e esse peso reflete na vida profissional, depois de graduado. O aluno está na aula e tem de sair para fazer um “bico” ou ir a algum lugar que ele tem de estar presente, essa questão do aluno que trabalha, ou é pai ou mãe de família, é um obstáculo enfrentado nas universidades. Mas tem-se a perspectiva de que as coisas podem mudar de forma positiva (FELDMAN-BIANCO, 2018, p.28).

É um obstáculo para que o aluno consiga estabelecer redes na universidade e permanecer nelas, feitas por participação das atividades de pesquisa e extensão vinculadas aos grupos e laboratórios, e é um entrave para que o aluno se especialize, utilizando cursos complementares, são estas as necessidades fundamentais para entrada no mercado de trabalho. O estágio na graduação é fundamental, para ajudar na linha de pesquisa da monografia e preparar para o campo de trabalho.

O projeto atual do bacharelado em Antropologia da UFPB se propõe a investir na pesquisa e produção de etnografias para a construção do saber antropológico e daí, mediar e promover o diálogo com outros campos, sujeitos e instituições. (FELDMAN-BIANCO, 2018, p.35) Já a UFPel, o processo de constituição do Bacharelado em Antropologia se reportou ao final no início dos 1980, período em que as disciplinas dessa área tinham como base os ramos filosófico, cultural e da antropologia física. Os precursores do ensino da disciplina tinham formação em filosofia e letras anglo-germânicas, em ciências jurídicas e sociais ou em psicologia. (FELDMAN-BIANCO, 2018, p.42). A construção do ensino de Antropologia e a preparação para o mercado foi amplo e corresponde as suas localidades e as características institucionais, como um regimento de cada instituição, tal fato tem as suas benesses:

Em agosto de 2001, foi instituído o Laboratório de Ensino e Pesquisa em Antropologia e Arqueologia (LEPAARQ), centro esse que possibilitou às duas áreas trabalharem em interação. Diga-se de passagem, o LEPAARQ se constituiu enquanto um espaço de formação e pesquisa especialmente voltado para alunos vinculados à arqueologia, projeto esse que se desdobrou na constituição de um acervo arqueológico, na produção de trabalhos na área de arqueologia de contrato, no envio de pesquisadores para a realização de pós-graduação em universidades brasileiras de ponta (TAVARES, 2010, p. 43)

A formação do antropólogo tem como princípio um conhecimento intelectual, ético, e uma atuação prática na vida de grupos vulneráveis, no sentido de desprovidos de oportunidades, e acesso a políticas públicas do Estado. Onde a mesma busca fornecer material multidisciplinar que possa causar reflexão de forma criativa e crítica, mas com um olhar pelo viés academicista.

Não se deve entrar no campo reproduzindo um padrão de controle dos grupos étnicos. O curso de Bacharelado em Antropologia, vinculado ao Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

Como é perceptível, o principal objetivo do Bacharelado em Antropologia é a conexão entre antropologia e arqueologia na construção do conhecimento moral, intelectual, cognitivo dos alunos. Isto é, o esforço realizado em conjunto é tornar esse futuro profissional apto a gerar um conhecimento original, aberto à multidisciplinaridade, sensível à realidade das pessoas, desse modo contribuindo para o avanço das ciências. (TAVARES, GUEDES, CARDOSO, 2010, p.45).

Ainda neste sentido, Tavares destaca que:

Até bem pouco tempo parecia que o destino profissional do antropólogo se resumia à manutenção de sua “espécie”, reproduzindo novos quadros através dos cursos de ciências sociais nas universidades, comprometidos, portanto, com o conjunto das questões propriamente antropológicas de que fala Viveiros de Castro. Mas se o “conforto” de uma situação controlada é cada vez mais improvável, o que fazer com essa interpelação “externa”: Ministério Público, movimentos sociais, ONGs etc? (TAVARES, 2010, p.53)

Os cursos de mestrado e doutorado, conseqüentemente e concomitantemente têm feito que haja uma maior produção de trabalhos bibliográficos e a introdução no mercado de trabalho nacionalmente e internacionalmente, em diversas vertentes deste inventário, pesquisa socioambiental até consultor da UNESCO. Havia 760 peças no triênio 2004-2006 para 1.464 em 2010-2012 (FELDMAN-BIANCO, 2018). As pesquisas orientam o pesquisador /antropólogo na sua posição e o rumo a seguir enquanto profissional e da sua ascensão no mercado como docente. É possível observarmos inúmeras publicações de artigos, livros e capítulos de livros que acompanham a expansão dos programas de pós-graduação.

O crescimento da quantidade de grupos de pesquisa, articulado à expansão dos programas de pós-graduação, desenha um quadro bastante complexo de redes de colaboração e troca entre instituições e programas, bem como uma circulação maior de pesquisadores em diferentes níveis de formação pelo país. Ainda assim, algumas linhas tendenciais dessas redes de colaboração e troca talvez possam ser esboçadas. De um lado, temos jovens doutores, egressos sobretudo dos programas mais antigos do Centro-Sul, deslocando-se para outras regiões a fim de ocupar postos de docência e pesquisa nos programas de criação mais recentes. De outro, temos o movimento de pessoas que fizeram sua formação em programas novos e eventualmente já assumindo uma vaga de trabalho em instituições fora do Centro-Sul que buscam complementar sua formação deslocando-se para essas instituições mais antigas, incorporando-se a programas de doutorado, pós-doutorado ou de pesquisa e docência temporária. Esses dois movimentos combinados sugerem

que as redes de troca e colaboração de pesquisa tendem a se desenvolver, em parte, segundo as hierarquias que persistem entre programas e entre regiões. (SIMÕES, p.62).

Há uma imigração de estudantes que se deslocam da região norte e nordeste para fazer especialização em outras regiões e profissionais docentes do sudeste e sul que ingressam nas universidades públicas federais por meio de concursos públicos ou instituições privadas, conferindo uma oportunidade profissional. Esse movimento geográfico faz parte da dinâmica do mercado. O antropólogo precisa estar atento às demandas profissionais.

Vale ressaltar a ligação da antropologia com outras áreas, como a História, linguística, geografia, política, sociologia, que intercalam no campo da saúde, educação, direito, sendo assim, um diálogo produtivo, que vai além do campo indigenista e político, que são as duas áreas mais cotadas para a pesquisa. Por exemplo, na USP, existe a linha de pesquisa Antropologia das Formas Expressivas, que engloba o campo da Comunicação, Arte e Cultura; e Antropologia Visual e da Imagem. Já a linha de Antropologia Urbana da UFSCar, abarca temas que poderiam caber na Comunicação, Arte e Cultura, Estudos de Gênero e Marcadores Sociais da Diferença, Identidade, Território e Relações Interétnicas, Religião e Ritual e Simbolismo ou Saúde, entre outros (SIMÕES, FELDMAN-BIANCO, 2018).

Nada é inofensivo, a tendência para um devido tema e abertura para fazer a pesquisa x, em vez da pesquisa y, e adentrar no mercado de trabalho, com subsídios para uma determinada linha, também é um projeto de Estado, que direciona e orienta o que seja mais válido. A proposta da abertura de cursos de Antropologia no Brasil, é também uma forma do governo vender a imagem de uma sociedade intelectualizada.

À consolidação de programas de pós-graduação correspondeu uma política de promoção de redes nacionais e internacionais de colaboração e pesquisa, num esforço de formação de recursos humanos realizado também a partir da implantação de programas de pós-graduação em regiões consideradas carentes, e de internacionalizar a ciência feita no Brasil, com o objetivo de torná-la globalmente competitiva (FELDMAN-BIANCO, 2013).

Complementando este raciocínio, podemos perceber que:

As maneiras de implementação destas ações, entretanto, não podem ser desconsideradas e constituem aspectos fundamentais das dinâmicas do campo científico brasileiro e da conformação das redes de pesquisa e colaboração em antropologia e sua incidência. (SCHUCH p. 82)

O fato é que o mercado exige um profissional qualificado e em permanente trabalho de qualificação, que possa suprir a necessidade. Mas para fazer parte dessa parcela de profissionais necessita está capacitado para realizar as tarefas exigidas, será que todos conseguem? Qual a vantagem do aluno que se dedicou a sua formação?

## Capítulo 2: Os percursos metodológicos da pesquisa

Esse trabalho faz parte de uma revisão bibliográfica que é um passo inicial para qualquer pesquisa científica (WEBSTER; WATSON, 2002). Conforme (GIL, 2007) é desenvolvida com base em produção já elaborada como livros, artigos e teses. A pesquisa bibliográfica possui caráter exploratório, permitindo assim uma familiaridade com o problema em questão, Gil (2007).

A revisão bibliográfica é o ponto de partida de qualquer área de uma pesquisa. Porém, destaco a importância dela bem executada e confiável, realizada de forma sistemática e de modo compreensivo (WEBSTER; WATSON, 2002; WALSHAM, 2006; LEVY; ELLIS, 2006). Foi necessário ter um discernimento acadêmico ético para a escolha de informações, dados e fatos, pensando na melhoria da comunidade acadêmica e da sociedade, em geral.

O método científico é o momento que o autor se utiliza de diversos trabalhos publicados, para ter base teórica nas suas análises. Partindo desse pressuposto irei descrever o modo como realizei a pesquisa e produzi o trabalho. Exploro neste capítulo, o método utilizado e as ferramentas necessárias para a pesquisa e a construção do texto, atendendo as minhas perspectivas de pesquisador e acadêmico.

Uma forma que utilizei para obter maior rigor e um melhor nível de confiabilidade na revisão literária foi adotar uma abordagem sistemática. Onde adotei uma estratégia e um método sistemático para fazer pesquisas e analisar resultados. Para isso usei a narrativa e o método sistemático. No primeiro tipo, baseei-me em uma descrição de estudos e informações sobre meu tema. O segundo modelo, apesar de também ter o caráter narrativo, foi uma aplicação com maior rigor científico, para alcançar um melhor resultado, reduzir erros e me dá uma maior credibilidade na responsabilidade pela pesquisa. Assim, compilei dados, refinei hipóteses, definindo o melhor método de pesquisa a ser adotado para solucionar a questão problema e, por fim, direcionar futuras pesquisas (COOK et al., 1997), tendo como base uma pesquisa bibliográfica, com dados documentais secundários, ou seja, produzidos por outros pesquisadores.

Os resultados da pesquisa foram do método qualitativo e quantitativo. A pesquisa qualitativa se baseia em uma descrição detalhada, com o intuito de informações específicas, análises realizadas, citações que comprovam tais análises. Já a pesquisa quantitativa tem por objetivo coletar informações numéricas. No primeiro capítulo usei a pesquisa qualitativa na construção do texto e no terceiro capítulo como utilizei de tabelas e gráficos, optei por fazer o

método quantitativo. Usei tanto a qualitativa como a quantitativa na construção do trabalho, amplos métodos me possibilitaram resultados consistentes.

Essas duas abordagens de pesquisa não entraram em conflito entre si. Na verdade, elas funcionam melhor usadas em conjunto. A pesquisa qualitativa é o que chamei inicialmente de busca por referências bibliográficas. Sendo a busca por informação ao ponto inicial para tentar iniciar qualquer estudo, e a realização de uma pesquisa mais aprofundada. Os dados quantitativos oferecem medidas que indicam uma visão completa numérica da análise.

Na prática, a pesquisa qualitativa ajuda a desenvolver ideias ou hipóteses para as pesquisas quantitativas em potencial. Ela serve como uma compreensão aprofundada dessas análises estatísticas. Assim, a leitura dos gráficos foi passada pelo viés didático. A fim de fazer uma interpretação de gráficos e tabelas de forma completa é necessário prestar atenção em alguns elementos importantes que estão incluídos nos gráficos, são eles:

- A) Título: com a informação ao qual se refere. Alguns acompanhados de um subtítulo, que chamar a atenção para um dado específico do gráfico ou tabela;
- B) Fonte: a origem das informações tratadas junto com o ano em que foram publicadas;
- C) Números: auxilia nas comparações entre as informações dadas pelos gráficos.
- D) Legendas: auxiliou na leitura das informações.

Apresento agora de forma mais detalhada os caminhos percorridos por esta pesquisa, na produção dos dados utilizados para análise. De início, apresentarei o modo como concebemos a pesquisa, a seleção dos dados bibliográficos e o modo como trabalhei o tema do mercado de trabalho para os antropólogos. Dando continuidade, apresento alguns apontamentos sobre as fontes de pesquisa, sobre metodologia de análise dos dados. Por fim, discorro sobre os caminhos que seguimos para a interpretação de tabelas e gráficos do trabalho.

## **2.1 A pesquisa, seleção e leitura do tema**

Selecionei uma enorme quantidade de informação, possibilitando uma demonstração de dados mais eficaz. Para Mulrow (1994), o uso de procedimentos sistemáticos aumenta a confiabilidade das conclusões e resultados do estudo. É um método trabalhoso, mas é rápido e custa menos recursos financeiros e tempo, comparado a começar um novo estudo completo em

uma área que já possui resultados publicados, mas que não foram devidamente explorados (MULROW, 1994).

Inicialmente fiz uma pesquisa no Google Acadêmico para ter uma noção básica do material já produzido sobre o tema proposto, que é o egresso dos profissionais de antropologia no mercado de trabalho. Tema este que foi trabalhado de três formas: mudança no mundo do trabalho; o cientista social e mercado de trabalho em um mundo de mudanças trabalhistas e a pós-graduação como uma resposta da área para especializar estudantes visando o mercado de trabalho.

As palavras chaves utilizadas foram: antropologia, mercado de trabalho e formação continuada. Algum conceito que tive dúvidas ou era totalmente desconhecido, pesquisei para esclarecer. Um caderno de anotações se fez necessário para assimilar possíveis palavras e organizar as ideias.

O meu orientador, antes da primeira reunião presencial, indicou-me dois livros, no formato de coletâneas e artigos, ambos produzidos pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e pela associação nacional dos prós graduação em ciências sociais (ANPCS): O campo da Antropologia no Brasil, da Bela- Feldman Bianco e Experiências de ensino e práticas antropológicas no Brasil, organizado pelas professoras Fátima Tavares, Simoni Lahud Guedes e Carlos Caroso. Ambas as obras foram fichadas e tratadas para auxiliar na compreensão do texto e ter citações para consultas posteriores. Esses foram os dois textos bases que me deram suporte e o conhecimento necessário para dar início à pesquisa e me familiarizar com o tema do mercado de trabalhos para antropólogos.

Uma gama de artigos sobre antropologia, o trabalho social e político do antropólogo, o seu egresso no mercado de trabalho e tantos outros temas correlacionados foi encontrado, porém eu precisei fazer uma seleção para identificar quais estavam dentro do meu tema. Os critérios de seleção dos artigos foram: trabalhos que tinha como eixo a tomada de decisão do aluno de antropologia em se aperfeiçoar e, assim, ter um maior rendimento educacional; textos que descrevem Instituições de Ciências Sociais e o ensino de antropologia; artigos que trazem o perfil do aluno de Antropologia e o mundo contemporâneo e o conjunto de redes digitais e sociais que assegura o profissional para o egresso e permanência no mercado de trabalho.

A exclusão aconteceu aos trabalhos que não atendiam as perspectivas da minha pesquisa, no quesito contextualização, trabalhos que traziam o Cientista Político e o Sociólogo foram descartados. Trabalhos que tinham como narrativa as dificuldades enfrentadas pelo

alunado, também saíram da temática principal. Em toda produção do texto, o grande desafio metodológico foi não sair do foco do objetivo e tentar levantar reflexões sobre os desafios da entrada no mercado de trabalho para estudantes de antropologia no Brasil.

A leitura das obras da Bela Feldman Bianco: *Antropologia das Sociedades Contemporâneas*; *A expansão da pós-graduação em Antropologia*; *Entre a Ciência e a Política: Desafios Atuais da Antropologia*; *Desafios da Antropologia Brasileira*; *O tema do Desenvolvimento na Antropologia Brasileira: diálogo com antropólogos*, foram a base teórica para a construção da narrativa do texto.

A natureza da pesquisa teve como base principal, primeiro o método exploratório, segundo, o descritivo. O método exploratório consistiu em estudar o tema e os problemas inerentes ao tema, para ter um maior conhecimento sobre as lacunas existentes em relação à produção da monografia. Não existem grandes questionamentos nessa metodologia. Já o método descritivo, é realizado no sentido de narrar as abordagens, para depois organizar e fazer a análise. As duas maneiras foram trabalhadas, tanto para estudar o mercado de trabalho do antropólogo, como para desvendar esse mercado e avaliar demandas de profissionais de antropologia no mercado de trabalho nacional.

Fiz uma vasta leitura de artigos sobre o tema, para definir critérios de inclusão das fontes de pesquisa. Para os critérios de inclusão dos artigos, levamos em conta os objetivos da pesquisa, desde as palavras chaves até o propósito do trabalho. Já os critérios de qualificação foram extremamente úteis para avaliar a importância da minha pesquisa para a comunidade acadêmica e antropólogos. Foi preciso observar alguns elementos dos artigos, tais como: a quantidade de citações dos artigos; se os artigos tinham caráter explicativo ou descritivo. Vale destacar que a seleção por autores que tenham trabalhos já consolidados sobre o tema, ajudou na escolha do material.

## **2.2 Estudo das Fontes, análise e metodologia científica**

As fontes utilizadas na pesquisa foram as fontes secundárias, que são o material já desenvolvido pela fonte primária, que é o primeiro grau de informação. A fonte secundária são os dados organizados, que possibilitaram fazer o estudo e compilação de toda produção do primeiro capítulo, que traz uma contextualização do meu objeto de pesquisa. Já no terceiro capítulo realizei a análise dessas fontes. Para maior entendimento, as fontes secundárias são

relatos, entrevistas, abordagens, banco de dados, centros de pesquisas, enfim, todo o material produzido por pesquisadores que me antecederam no meu tema de pesquisa.

Os centros de pesquisas para a elaboração do terceiro capítulo foram Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS). Tive a preocupação de pesquisar em sites oficiais e não pesquisar em sites não oficiais em nenhum momento do percurso da pesquisa.

Este foi meu roteiro para o embasamento teórico do trabalho. O esqueleto do projeto é útil para não sair da direção dos objetivos gerais e específicos. Sempre estava retornando para a leitura do projeto, para me situar na escrita e na análise, recordando o que foi proposto no início do trabalho. O cronograma ajudou-me para otimizar meu tempo e tentar produzir conforme a demanda dos prazos, sendo útil para não passar de etapa, sem concluir a etapa seguinte, de maneira comprometida com o trabalho proposto, para não correr o risco de não poder ser concluído ou não ser feito de forma adequada.

A reflexão sobre os desafios dos antropólogos e as demandas do mercado de trabalho para os antropólogos foi o ponto de partida da revisão bibliográfica. Buscamos responder uma ou mais perguntas com a revisão bibliográfica. Segundo Gil (2007), um problema deve ser formulado na forma de pergunta, ser claro e preciso, ser empírico, suscetível de solução e delimitado a uma dimensão viável. Pode-se propor hipóteses para solucionar o problema, com base nos referenciais teóricos. Neste caso, optei por não propor hipóteses, apenas identificar, nas reflexões dos pesquisadores, os desafios dos estudantes de antropologia no atendimento das demandas do mercado de trabalho nacional.

As reflexões do trabalho sempre estiveram alinhadas com os objetivos do projeto de pesquisa. Fui rigoroso na definição dos objetivos, uma vez que eles foram o meu indicador para a escolha e análise dos artigos encontrados na pesquisa. Foram os objetivos de pesquisa que me orientaram a exclusão de algumas obras e na seleção de outras.

Outro ponto que ajudou muito na construção do trabalho foi fazer o tratamento das fontes por pastas no computador. Separar os capítulos por pastas, afinadas de acordo com os objetivos do projeto de pesquisa, auxilia na busca posterior, quando é preciso voltar para a leitura e a análise para identificar ou esclarecer algum dado ou fato. Todas as referências bibliográficas citadas no texto eram imediatamente colocadas no item das referências, assim ganhei tempo e mantive a produção do texto organizada.

A metodologia científica utilizada foi dividida em um conjunto de tarefas desse processo de investigação, sem perder de vista os objetivos da pesquisa, que é a entrada e manutenção do antropólogo no mercado de trabalho. O esquema da produção são os mecanismos de coleta e de análise de dados, sua seleção, organização das ideias e por fim, a escrita e demonstração do texto. Isso não significa dizer que existem diretrizes ou um padrão imutável para ser seguido. Apenas que é necessário construir um método de pesquisa lógico que atenda às necessidades e aos objetivos da pesquisa. Os motivos escolhidos para determinadas citações e análises recaem nas experiências de leitura e nas análises do objeto de pesquisa.

Os parágrafos e análises precisaram ser coesos e coerentes com o todo do texto, mantendo a lógica da ideia e principalmente a estética da abordagem científica. Tal estética faz referência à colocação de tabelas e gráficos, não deixando o texto desarmonioso para a leitura.

Para alguns capítulos da obra da Bela-Feldman Bianco fiz um breve resumo com uma apresentação do tema, onde tive que colocar uma reflexão e elaboração direcionada com os argumentos dos autores, para o entendimento geral do texto. Tal resumo me auxiliou na organização dos tópicos que dariam base aos capítulos da pesquisa.

Os resultados analíticos a que cheguei, significativos ou não, foram propriedade exclusiva do meu feito como pesquisador, em diálogo com meu orientador, assim como com a literatura existente sobre o tema. Deparei-me com a questão do agrado particular com o objeto da pesquisa, e a adequação do tema para os preceitos que a academia permite. É necessário ter consciência da abordagem do tema, para não ter abordagens superficiais, generalizadas e infrutíferas, ou produzidas por meio do senso comum.

A linguagem da produção científica do texto me fez estudar sinônimos e buscar palavras que condizem com a cientificidade da proposta do tema. Atento para não construir um texto literário e muito menos retórico, ou pessoal, e sim, informativo e técnico, sobretudo com uma impessoalidade, objetividade.

A busca metodológica também foi um exercício de encontrar a melhor maneira da realização do trabalho, cumprindo com as normas acadêmicas e produzindo algo que estivesse dentro do meu entendimento de mercado de trabalho em diálogo com os dos autores, e que fosse didático o bastante para demonstrar as inúmeras possibilidades empregatícias do Antropólogo.

Sabe-se da insegurança inicial do recém formado, das dificuldades pessoais dos jovens para a manutenção no curso, esse não foi o foco da minha pesquisa, mas foi um dos dilemas iniciais para elaborar um trabalho que possibilitasse ter esse viés pedagógico, educacional de informar, fazer refletir e encontrar dinâmicas com soluções que desse uma tomada de decisão para ingressar e se manter no mercado de trabalho, desde a especialização, a formação de redes de pesquisas, cursos de línguas, especialização de mestrado e doutorado.

### **2.3 A Interpretação de tabelas e gráficos**

Por fim, é necessário dizer que foram indispensáveis a clareza e a precisão das ideias, adequando a um pensamento científico, sempre em diálogo com os autores que serviram como referência para este trabalho. Antes de iniciar a escrita precisei assimilar o assunto em todas as vertentes. Principalmente porque no terceiro capítulo precisamos utilizar tabelas e gráficos, havendo a necessidade de fazer as devidas interpretações e análises. A escolha das tabelas também requer um cuidado, para não sair do foco.

É importante frisar que utilizei também tabelas já produzidas, dentro do escopo dos dados secundários que analisamos.

A interpretação de gráficos e tabelas não estão no trabalho meramente para dar ênfase a questões numéricas. Mas para entender as situações sociais, fatos econômicos, políticos, que compõem toda a narrativa da abordagem do tema da inserção dos antropólogos no mercado de trabalho, avaliando a questão educacional das universidades públicas e privadas, possibilitando um panorama maior de entendimento do desenvolvimento do curso de antropologia.

### **Capítulo 3: O antropólogo e o mercado de trabalho**

Ao longo deste estudo temos observado como o mercado de trabalho para os antropólogos têm se consolidado ao longo dos anos. Observamos que o surgimento dos programas de pós-graduações está contribuindo para uma maior especialização dos antropólogos, assim como promovendo iniciativas para internacionalização da antropologia brasileira, o que expande as possibilidades de atuação dos antropólogos. É necessário enfatizar também, que para se colocar no mercado de trabalho, os estudantes necessitam estar cada vez mais atualizados na utilização de tecnologias de pesquisa, assim como inseridos em redes nacionais e internacionais de pesquisa, aplicada, qualitativa ou mesmo quantitativa.

Nesse sentido, apresentamos neste capítulo algumas reflexões sobre o que o mercado de trabalho espera dos antropólogos, focando no modo como os estudantes devem se posicionar frente aos desafios da entrada no mercado de trabalho. Depois disso, falaremos um pouco sobre a estratégia de fazer dos programas de pós-graduação em antropologia lugares de especialização e inserção dos estudantes em redes de pesquisa. Por fim, faremos uma leitura dos dados sobre as produções na antropologia e a entrada dos egressos da graduação nos programas de pós-graduação em antropologia, destacando estes como lugares de treinamento e formação dos estudantes para o mercado de trabalho.

#### **3.1 O que o mercado espera do Antropólogo**

Ter apenas a graduação não é o suficiente, a pós-graduação é, sem dúvidas, um passo primordial para a entrada no mercado de trabalho. E se inserir nessa rede de trabalho e pesquisa, no setor privado, público, em âmbito nacional e internacional é necessário para que o antropólogo consiga se posicionar no mercado de trabalho (Feldman Bianco, 2013). O antropólogo graduado que tem a percepção dessa dimensão e encara o mercado como algo linear, onde o conhecimento é contínuo, exigindo sempre especialização, e faz parte do desenvolvimento profissional, compreendeu a dinâmica.

No contexto dessa dinâmica de mercado de trabalho e saber científico, nem sempre tranquilos, é importante examinar os impactos da ampliação dos cursos de pós-graduação em antropologia e as configurações na redistribuição dessa produção antropológica, quer seja no que se refere à formação de recursos humanos, quer seja na produção do conhecimento.

A CAPES, sem dúvidas, tem conduzido o plano estratégico da pós-graduação no Brasil por meio de um planejamento nacional de pós-graduação. Desde 1990, teve diversas tentativas de possuir uma pós-graduação brasileira que pudesse competir e influenciar. A CAPES tem sido um medidor da qualidade e quantidade da produção científica nacional, utilizando dos instrumentos de avaliação como padrão na cultura de auditoria, ou prestação de contas. Partindo desses investimentos, o Brasil apresentou um grande crescimento na participação na criação científica mundial, já ocupou a 13ª posição no ranking mundial. (Feldman-Bianco, 2013, p.53).

Na análise das políticas científicas que foram o estopim do crescimento no número de programas de pós-graduação em antropologia, que ocorreu a partir de 2004, percebe-se que atendeu a uma demanda já existente. Essa expansão possibilitou a observação e reconfiguração desses espaços e atenuação de desigualdades regionais. Exemplo é o caso da Amazônia Legal, a pós-graduação em antropologia não existia, apesar do seu histórico vasto de ensino, pesquisa e importante atuação de museus antropológicos na região. Hoje existem bons programas já consolidados na Amazônia, mesmo havendo um número limitado (FELDMAN-BIANCO, 2013, p.54). Sobre o tema, a Feldman-Bianco destaca, ainda, que:

Mais especificamente, os dados analisados mostram uma relação entre a distribuição espacial de mestrados e doutorados, novos e antigos programas e os resultados obtidos. Com a ampliação do número de programas de antropologia, houve uma melhor distribuição do número de alunos matriculados no mestrado pelas diferentes regiões, aumentando a participação relativa do Norte e Nordeste. Consequentemente, as titulações de mestrado também foram melhor distribuídas regionalmente e, por extensão, entre os programas criados antes e depois de 2005. Comparativamente, apesar do número de alunos matriculados no doutorado duplicar, não houve ainda a possibilidade de uma melhor redistribuição pelas diversas regiões do país. (FELDMAN-BIANCO, 2013, p.54).

Seguindo o mesmo argumento, a autora ainda chama atenção para o fato de que,

Também houve um constante aumento quantitativo da produção bibliográfica dos docentes dos programas de pós-graduação em antropologia. Embora todas as regiões tivessem apresentado tendência de crescimento, a expansão no número de livros e capítulos de livros publicados no país foi maior no Norte e Nordeste, tendo os novos programas, criados desde 2005, apresentado o melhor desempenho nesse quesito, particularmente no triênio 2010-2012 (FELDMAN-BIANCO, 2013, p.54)

É preciso ter o entendimento da existência de algumas limitações e dificuldades das análises, interpretações e estudos aqui colocados. Os dados trabalhados não conseguem abranger toda a pesquisa em antropologia que se faz no Brasil, e ainda esbarra na dificuldade de lidar com a diversidade de linhas de pesquisa existentes e as variedades das nomenclaturas na formulação dos títulos das pesquisas.

Em 2000, notava-se da formação nos programas em algumas regiões no Brasil, ser mais acentuadas, exemplo disso, é a região do Centro-Sul, havendo uma grande quantidade de grupos de pesquisa em antropologia cadastrados no CNPq que se distribuem por instituições sem vínculos com programas de pós-graduação na área (TRAJANO FILHO; MARTINS, 2004 e MONTERO, 2004). Isso demonstra que a pesquisa em antropologia atingiu um patamar nacional já nos anos 2000 (MONTERO, 2004 e FELDMAN-BIANCO, 2013, p.62). Essas análises não trazem a certeza que a pesquisa alcançou uma difusão da antropologia, mas indicam pesquisas pontuais, com bases no trabalho de campo realizado por pesquisadores individuais e na relação (MILLS, 1975) entre orientadores e estudantes. (FELDMAN-BIANCO, 2013, p.62)

O crescimento dos grupos de pesquisa que se articulam e se expandem nos departamentos de graduação e nos programas de pós-graduação, traz um perfil bastante complexo dessas redes de colaboração entre instituições e programas, como também uma maior circulação de pesquisadores em diferentes níveis de formação pelo país. Esboçando essas relações, percebe-se que tem jovens doutores, formados nos programas mais antigos do Centro-Sul, que se deslocam para outras regiões, sobretudo Norte e Nordeste, a fim de exercer postos de docência e pesquisa nos programas criados recentemente.

Nesse sentido, cabe destacar, assim como Feldman-Bianco (2013), que há uma pressão para os egressos dos cursos de graduação em ciências sociais e em antropologia para que haja contínuo processo de atualização na utilização de equipamentos e softwares de pesquisa, assim como no aprendizado de outra língua. Hoje, apenas a graduação não é suficiente para garantir a entrada dos egressos no mercado de trabalho. Além disso, a autora também destaca que é necessário ao jovem cientista social ou antropólogo, que ele se insira constantemente em redes de pesquisa e trabalho antropológico (grupos de pesquisa, empresas de consultoria ou assessoria), para que possa estar mais próximo de atuar no mercado de trabalho.

Nesse movimento, há, ainda, o deslocamento de discentes que fizeram sua formação de graduação em programas mais novos, criados recentemente, e deslocam-se para essas

instituições mais antigas, incorporando-se a programas de mestrado, doutorado, pós-doutorado ou de pesquisa e docência temporária, para complementar sua formação. Esses exemplos combinados demonstram que as redes de colaboração de pesquisa perpassam pelas hierarquias existentes entre programas e entre regiões.

A internacionalização da ciência é outro fator acadêmico importante que funciona como um mecanismo de inserção dos graduandos no mercado de trabalho. Todas as disciplinas e universidades precisam participar dessa internacionalização. A própria disfunção da internacional do padrão ocidental de ensino acadêmico nos anos 1950 e 1960 é o bojo sobre o qual podemos compreender a globalização científica e acadêmica, criando uma rede ocidental de produção de conhecimento.

A antropologia brasileira tem muito para se expressar a esse tema, tanto pela qualidade das suas produções como pela quantidade de material feito nacionalmente.

Bela Feldman-Bianco sucedeu a Gustavo Lins Ribeiro como copresidente do CWA (Committee of World Anthropologies, da AAA) e liderou uma importante iniciativa. Durante seu mandato, o *American Anthropologist*, principal periódico da Associação Americana, criou a seção “World anthropologies”, destinada a difundir o trabalho de antropólogos de fora dos Estados Unidos (FELDMAN-BIANCO, 2013, 124).

É importante destacar com mais ênfase que

[...] Nesta seção é frequente a contribuição brasileira, como ocorreu, no número 119, com a publicação de trabalhos de Leticia Cesariano (2017), Ruben George Oliven (2017) e Vinicius Kauê Ferreira (2017). (FELDMAN-BIANCO, 2013, 124).

Ainda segundo Feldman-Bianco (2013), diversos antropólogos e antropólogos brasileiros têm optado por seguir carreira internacional, em centros de pesquisa na França, Espanha, entre outros países, contribuindo para o desenvolvimento de redes internacionais de pesquisa. Mas é importante dizer, que muitos desses jovens antropólogos optam por sair do país, muitas vezes, também, por dificuldades em se inserirem nos mercados de trabalho nacionais.

### 3.2 As vantagens da qualificação do antropólogo

O tema da educação é foco de inúmeras discussões, principalmente referente à “qualidade” do ensino, tal conceito revela diversos juízos de valor. Exemplo dessa análise é o programa de pós-graduação, pois não é apenas perceber a produção do conhecimento feito pelo pesquisador, mas também os fatores políticos existentes na pesquisa, referente à competência dos padrões do próprio meio acadêmico. Mais ainda: é necessário pensar o programa de pós-graduação como um local de profissionalização do antropólogo, o local não só onde ele irá aprofundar os conhecimentos teóricos adquiridos na graduação, mas se inserir em redes de pesquisadores que podem alçá-lo ao mercado de trabalho de pesquisa nacional, ou mesmo internacional.

A política de ensino de pós-graduação avaliativa da CAPES, determina uma quantidade de parâmetros que possibilita que os programas conquistem certos patamares de produção científica tanto para professores, como alunos. Exemplo disso é o cumprimento de prazos e envio de documentação e material. Já na política de financiamento é voltada para diferentes programas, especialmente o grupo dos Programas de Excelência, que passam por critérios avaliativos bem rigorosos, que atribuem notas de 3 a 7, tornando-se a régua que mede o desempenho da pesquisa.

As principais agências de fomento à pesquisa e à pós-graduação do país são a CAPES e o CNPq, que há décadas atuam na implantação, consolidação e expansão da pós-graduação *stricto sensu* brasileira, em especial no que se refere ao planejamento e à implantação de novos programas, à concessão de auxílios para realização de atividades e projetos, à disponibilização de bolsas de estudo aos discentes e docentes e também através da elaboração do Plano Nacional de Pós-graduação (BELA-FELDMAN, 2018, p.160)

Deve-se chamar atenção, ainda, para o fato de que

Há que se destacar também o papel das FAP estaduais e da Finep, que muito tem colaborado nesse processo de expansão. No entanto, é preciso destacar que o país tem apresentado uma descontinuidade desses investimentos, o que compromete a sua eficácia, já que se trata de investimentos de longo prazo (BELA-FELDMAN, 2018, p.160)

Nesse sentido, a autora ainda destaca que

A constante mudança das normas de financiamento faz com que o sistema não atinja os objetivos. Outro problema grave é a falta de transparência dos recursos e critérios utilizados na sua distribuição. (BELA-FELDMAN, 2013, p.160)

O tema do financiamento não é o único que se torna empecilho, durante a pesquisa. É urgente que se aborde como as estruturas burocráticas travam qualquer estímulo à pesquisa. Reconhecemos que elas são necessárias, mas devemos pensar formas e financiamentos contínuos, que independem das mudanças de gestão política.

A gestão dos projetos de ensino, pesquisa, extensão, são demandas de desenvolvimento institucional que ocupa um tempo da força de trabalho dos pesquisadores. Alguns não possuem a devida capacitação, não tem uma infraestrutura de recursos ágeis na instituição para a realização da pesquisa.

Apesar das dificuldades pertinentes no mercado de trabalho, o pesquisador precisa utilizar as ferramentas disponíveis e criar elos de colaboração e redes de apoio para o desenvolvimento e crescimento da sua pesquisa, com grupos de pesquisa vinculados ao Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq, empresas de assessoria, ou consultoria, que produzem laudos de impactos devido a execução de grandes obras públicas ou privadas.

### **3.3 Leitura dos dados sobre o mercado de trabalho do Antropólogo**

É necessário analisar o mercado de trabalho do antropólogo, partindo de uma interpretação dos programas de mestrado e doutorado do Brasil e dos alunos matriculados e a dinâmica da produção de material. No ano de 2004, havia 553 estudantes matriculados em nove programas de mestrado e doutorado em antropologia. Em comparação, esse número dobrou, chegando a 1.156 em 2012. (BELA-FELDMAN, 2018 p.44)

Apresento agora três quadros que ilustram o avanço da pós-graduação em antropologia no país.

### Quadro 1

Estudantes matriculados nos programas de mestrado e doutorado.

ANO	ALUNOS MATRICULADOS
2004	553
2012	1.156

Fonte: FELDMAN-BIANCO (2018)

### Quadro 2

Matrícula de mestrado 2004

REGIÃO	PORCENTAGEM POR REGIÃO
Sudeste	44%
Sul	28%
Nordeste	15%
Centro- Sul	13%

Fonte: FELDMAN-BIANCO (2018)

### Quadro 3

Matrícula de Mestrado de 2012

REGIÃO	PORCENTAGEM POR REGIÃO
Sudeste	40%
Nordeste	24%
Norte	5%
Sul	20%
Centro-Sul	6%

Fonte: FELDMAN-BIANCO (2018)

Essas mudanças de participação do número matrículas por região contribuíram para uma melhor distribuição dos estudantes pelo país, outro fato que merece destaque é a Região Norte não ter alunos matriculados, e em 2012 o dado registra 5%, esse fato acontece porque em 2009, é fundado o curso de mestrado e doutorado na região Amazônica. Abaixo apresentamos um pouco desta evolução de matrículas.

#### Quadro 4

Alunos do Doutorado Matriculados entre 2004 e 2012

<b>REGIÃO</b>	<b>Porcentagem do ano de 2004 PARA 2012</b>
Sudeste	53% para 60%
Sul	27% para 18%
Nordeste	Manteve 9%
Norte	A partir de 2009, 5%

Fonte: FELDMAN-BIANCO (2018)

O quadro acima demonstra a diminuição do curso de doutorado dos alunos matriculados na região Sul, a constância dos matriculados na Região Nordeste. E o surgimento de programa de Doutorado de Antropologia na Região Norte, especificamente na Amazônia. Para entender o desenvolvimento dos alunos matriculados é preciso analisar como as produções acadêmicas estão acompanhando a distribuição e o desenvolvimento dos programas. Vejamos abaixo algumas informações sobre este ponto.

#### Quadro 5

Produção de dissertações e teses

<b>ANO 2004</b>	<b>ANO 2012</b>
94 dissertações	234 dissertações
36 teses	72 teses

Fonte: FELDMAN-BIANCO (2018)

Em 2012 produziram-se duas vezes e meia mais dissertações que no ano de 2004, e o dobro de teses. Estes dados demonstram a empregabilidade e o movimento dinâmico do mercado de trabalho na academia, referente ao curso de antropologia, no quesito mestrado e doutorado. O dado abaixo vai analisar a distribuição das 94 dissertações do ano de 2004 e as 234 dissertações no ano de 2012, por região.

### Quadro 6

Dissertação de 2004 distribuídas por Região

REGIÃO	PORCENTAGEM POR CADA REGIÃO
Sudeste	56%
Sul	26%
Nordeste	14%
Centro-Oeste	9%

Fonte: FELDMAN-BIANCO (2018)

### Quadro 7

Dissertação de 2012 distribuídas por Região

REGIÃO	PORCENTAGEM POR CADA REGIÃO
Sudeste	36%
Sul	18%
Nordeste	30%
Centro-Oeste	9%

Fonte: FELDMAN-BIANCO (2018)

A região norte, em questão, a produção prevaleceu 5%, igualmente ao número de matriculados nos cursos, a partir de 2009. Vale ressaltar também que a confecção dos programas originados desde 2005 (UFPI, UFS, UFAM, UFBA, UFG, UFGD, UFMG, UFPA, UFPB, UFPel, UFRN, UFSCar) ganhou rapidamente espaço no mestrado, chegando a representar, em 2012, 40% do total de 234 dissertações defendidas de antropologia da área, como pode ser

Na década de 2000, existiu um aumento quantitativo na produção bibliográfica dos professores permanentes e colaboradores vinculados aos Programas de Pós-graduação da Área de Antropologia, correspondente ao crescimento no número dos programas.

A quantidade de capítulos e livros publicados no país entre 2004 a 2006 era de 760, foi para 1.464 em 2010 a 2012. Esse resultado é fruto de trabalho, pesquisa e estudo da comunidade acadêmica. A quantidade de trabalho corresponde a criação de programas, de 1970 a 2002, foram criadas 41 linhas de pesquisa, e de 2004 a 2012, criaram 102 linhas. (BELA FELDMAN). Sobre os temas das linhas de pesquisa:

Os temas de linhas de pesquisa criadas entre 2004 e 2012 foram: Identidade, Território e Relações Interétnicas (15 linhas); Estudos de Gênero/Marcadores Sociais da Diferença (12 linhas); Antropologia da Política (nove linhas); Comunicação, Arte e Cultura (nove linhas); e Antropologia da Religião/Ritual e Simbolismo (oito linhas). (BELA FELDMAN, 2018, p.65).

A autora destaca também que,

[...] Um pouco abaixo vem Etnologia Indígena (seis linhas), Antropologia da Saúde (cinco linhas), Antropologia do Direito (cinco linhas), Arqueologia (cinco linhas) e Patrimônio (cinco linhas). (BELA FELDMAN, 2018, p.65).

É visível o desenvolvimento de pesquisas realizadas por antropólogos em âmbito nacional, como também no exterior. Sendo destaque para o aumento de pesquisas em países asiáticos e africanos, falantes de português. A pesquisa em Antropologia, como foi demonstrado através dos quadros, a cada ano tem sua parcela de desenvolvimento, e as pesquisas conseguem abarcar vários temas da atualidade e auxiliar no progresso e na cientificidade da evolução humana.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O principal objetivo deste trabalho de conclusão de curso foi lançar uma reflexão sobre as transformações no mundo do trabalho e o modo como elas têm afetado a formação dos cientistas sociais, mais precisamente dos jovens antropólogos e antropólogas do Brasil.

De início, refletimos as transformações no mundo do trabalho, pensando mais especificamente nas demandas do mercado de trabalho. Ao focarmos nossas atenções para os discursos emitidos pelos estudiosos do mundo do trabalho, percebemos que se no pós segunda guerra mundial vigorava um discurso de que só um curso técnico não é suficiente, sendo necessário uma formação acadêmica, universitária, para conseguir uma boa colocação no mercado de trabalho, hoje é possível observar um discurso cujo foco é se manter qualificado, ou seja, estar sempre se especializando. Nesse sentido, observamos também que os cursos de ciências sociais têm desenvolvido estratégias para que seus alunos consigam se projetar no mercado de trabalho, como, por exemplo, oferecendo disciplinas sobre a atuação do cientista social e a entrada no mercado de trabalho.

Além disso, realizamos uma reflexão metodológica sobre o potencial de dados secundários na pesquisa social. Tomando como base o banco de dados de instituições como ABA e ANPOCS, especialmente suas publicações sobre o tema da entrada no mercado de trabalho para os egressos de cursos de ciências sociais e antropologia, observamos que existem uma série e-book, livros, e coletâneas que tratam das possibilidades de atuação de antropólogos na esfera pública, como, por exemplo, em Universidades estaduais e federais, por meio dos cursos de pós-graduação, em órgãos públicos, assim como na esfera privada, prestando assessoria e consultoria.

Por fim, também lançamos uma reflexão sobre as estratégias dos cursos de ciências sociais e antropologia para lidar com estas transformações do mercado de trabalho. Observamos que a pós-graduação em antropologia brasileira tem sido uma ferramenta de profissionalização dos estudantes de antropologia, articulando-os em redes de pesquisa, que são um primeiro passo para se aproximar das demandas de pesquisa e de trabalho social e antropológico.

É importante destacar, assim como Feldman-Bianco (2018), o fato de que tem sido cada vez mais necessário que os jovens antropólogos e antropólogas se articulem em redes de pesquisa, por meio dos grupos de pesquisa, visando uma inserção no mercado de trabalho no setor público ou privado. Sobre este ponto, destacamos, mais uma vez, que é necessário um esforço dos jovens antropólogos/as em estar sempre se especializando, especialmente, no que tange a utilização de novas metodologias de caráter qualitativo e quantitativo.

## REFERÊNCIAS

- CARDOSO, Ruth - **A aventura antropológica**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **O Trabalho do Antropólogo**. Brasília/ São Paulo: Paralelo Quinze/Editora da Unesp, 1998
- CREMONESE, D. **Neoliberalismo: o capitalismo globalizado**. Ijuí/RS, 2001.
- BOAS, Franz. **Antropologia Cultural**. Org. Celso Castro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- BORGES, Gustavo A.; LIMA, Rhennan L. P.; LINA, Laís M.; VAZ Débora R.: **Mercado de trabalho, empregabilidade e suas variações**. Ministério da Educação, Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica.
- FELDMAN-BIANCO, B. **Antropologia das Sociedades Contemporâneas: Métodos** (segunda edição revisada e ampliada). 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2009. v. 1960. 522p.
- FELDMAN-BIANCO, B.. **A expansão da pós-graduação em antropologia**. In: Daniel Schroeter Simião, Bela Feldman-Bianco. (Org.). **O campo da antropologia no Brasil: retrospectiva, alcances e desafios**. 1ed. Brasília: Aba Publicações, 2018, v. 1, p. 29-56.
- FELDMAN-BIANCO, B. . **Entre a Ciência e a Política: Desafios Atuais da Antropologia**. In: Bela Feldman-Bianco. (Org.). **Desafios da Antropologia Brasileira**. 1ed. Brasília: ABA Publicações, 2013, v. 1, p. 19-46.
- FELDMAN-BIANCO, B. Introdução. In: Bela Feldman-Bianco. (Org.). **Desafios da Antropologia Brasileira**. 1ed. Brasília: ABA Publicações, 2013.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002..
- INEP – **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais**. Sinopse Estatística da Educação Superior. Brasília, DF, 2009.
- FILHO, Wilson Trajano. **Formação, ensino e reproduções no Programa de Antropologia**. Brasília: Aba Publicações, 2018
- LÉVI-STRAUSS, Claude. **“A Eficácia Simbólica”**. In **Antropologia Estrutural**. São Paulo: Cosac Naify, 2008.
- MELLATI, J. C. (1984). A antropologia no Brasil : um roteiro. *BIB - Revista Brasileira De Informação Bibliográfica Em Ciências Sociais*, (17), 1984, 123–211.
- MIRANDA. Ana Paula Mendes. **Políticas de financiamento e de avaliação das Pós graduação em Antropologia: desafios e perspectivas**. Brasília: Aba Publicações, 2018

MULROW, C.D. **Justificativa de revisões sistemáticas para revisões sistemáticas**. British Medical Journal, v.309, pp.597–599,1994.

NASCIMENTO, Silvana de Souza. **Bacharelado em antropologia em Rio Tinto, Paraíba**. Brasília- DF; Ícone Gráfica e Editora, 2010.

OLIVEIRA, J. P.; FELDMAN-BIANCO, B.; RIBEIRO, G. L. ; WAGNER, A. ; ECKERT, C. ;MELO, A. M. . **O tema do Desenvolvimento na Antropologia Brasileira: diálogo com antropólogos**. In: **Aristides Monteiro Melo**. (Org.). Desenvolvimento nas Ciências Sociais: O Estado das Artes - Livro 2: Sociedade, Política e Desenvolvimento. 1ed.Brasília: IPEA, 2014, v. 2, p. 197-220.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1989.

RUBIN, Cristina. **Os cursos de graduação em Ciências do Brasil**. Brasília- DF; Ícone Gráfica e Editora, 2010.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**. São Paulo: Cortez, 1996.

SCHUCH. Patrice, **A dinâmica do Campo: Redes de pesquisa e colaboração**. O campo da antropologia no brasil: retrospectiva, alcances e desafios. 1ed.Brasília: Aba Publicações, 2018

TAVARES, Fátima. Fátima Tavares, Simoni Lahud Guedes, Carlos Cardoso. **Experiências de Ensino e Prática em Antropologia no Brasil**; Brasília- DF; Ícone Gráfica e Editora, 2010.

TONI, Miriam. **Visões sobre o Trabalho em Transformação**. Porto Alegre: Sociologias, 2003, p 246-256

VIEIRA, José Maria Trajano. **Bacharelado em antropologia em Benjamin Constant, Amazonas**. Brasília- DF; Ícone Gráfica e Editora, 2010.

WEBSTER, J.; WATSON, J.T. **Analisando o passado para preparar o futuro: escrevendo um revisão da literatura**. MIS Quarterly e The Society for Information Management, v.26, n.2, pp.13-23, 2002.